

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA - DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
03 12 2019	15h10min	Ordinária	127	

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas ao Projeto de Lei Complementar nº 21, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que 'dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais'".

Foi apresentada a Emenda Modificativa nº 6, de autoria do Bloco Democracia e Resistência. Esta emenda foi retirada.

A Emenda Modificativa nº 7, de 2019, de autoria do Bloco Democracia e Resistência foi retirada.

A Emenda Aditiva nº 8, de 2019, do Bloco Democracia e Resistência, também foi retirada.

A Emenda Aditiva nº 9, de primeiro turno, de vários Deputados, assinada pelos Deputados Jorge Vianna, Rafael Prudente, Reginaldo Sardinha, está acatada.

A Emenda Aditiva nº 10, de primeiro turno, de autoria de vários Deputados, assinada pelos Deputados Jorge Vianna, Reginaldo Sardinha e Rafael Prudente, está acatada.

As Emendas nº 1 e nº 2 estão acatadas.

As Emendas nºs 3, 4 e 5, segundo informação da assessoria, foram retiradas.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

SECRETARIA LEGISLATIVA
PLC Nº 21 / 19
Folha nº 50ª

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	128

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só para que todo mundo tenha conhecimento exato do que está sendo votado, a liberação que está sendo feita para os conselhos, Deputado Rafael Prudente, da maneira como se está liberando, todos os conselhos de classe no Distrito Federal terão servidores liberados.

A OAB, se quiser – tem um procurador do Distrito Federal que faz parte da OAB –, poderá requisitá-lo. Ele ficará à disposição da OAB e nós ficaremos pagando. Ficaremos pagando!

Portanto, estou deixando isso claro para que todo mundo tenha noção exata do que está sendo votado. Eu não sou anticlasse, eu sou sindicalista, mas acho que tudo tem limite.

Portanto, a bancada do nosso bloco está liberada para votar de acordo com a própria consciência. Eu vou votar contra o parecer e vou votar contra o mérito do projeto, porque ele não foi corrigido. Ele é ruim. Ele abre as portas do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) –

Rmessias r05

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros para discutir.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	129

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu me coaduno com o que o Deputado Chico Vigilante falou. Eu acho que isso é muito importante a todos os Parlamentares, sem demérito ao autor das emendas. Vejo que esse tema voltou novamente em duas emendas, que são as Emendas nºs 1 e 2, o que não é bom para a sociedade, para o Distrito Federal. Isso vai liberar, além do que já tem – é louvável a questão sindical –, doze pessoas. Óbvio, daqui a pouco, todo servidor vai querer estar em um conselho para estar liberado sem ônus, recebendo o seu salário, a sua remuneração, que seria para servir a sociedade. Mas estará servindo os conselhos. Sem querer tirar a importância desses conselhos.

Eu vou votar contra também. Eu acho, Deputado Chico Vigilante, que dá para a gente votar contra destacando as Emendas nºs 1 e 2. Eu acho estranho ter o mesmo tema em duas emendas que estão sendo aprovadas. Não é aprovando para o governo cancelar, tirar ou vetar a emenda. A Casa tem que ter consciência de que aprovarmos isso, na atual conjuntura, é um escárnio. É a minha opinião, mas a Casa é livre e plural para poder decidir sobre isso. Eu voto contra e peço destaque das Emendas nºs 1 e 2.

Indago também à Assessoria de Plenário se não há o texto, porque ele estava em um substitutivo e depois em outro, mas o tiraram do outro. Parece que fizeram uma confusão para o negócio passar sem a gente perceber.

Agradeço a proficiência do Deputado Chico Vigilante em alertar os Parlamentares, porque isso não é bom para a sociedade, não é bom para o Distrito Federal. Isso vai virar uma zona, porque hoje são doze, Presidente, mas podem se

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	130

tornar duzentos ou quatrocentos, e a sociedade está precisando dos servidores trabalhando e servindo a sociedade. Então, voto contra as Emendas nºs 1 e 2, das quais peço o destaque.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna, para discutir.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, respeito a opinião dos Deputados, mas eu reitero aqui o meu pedido a eles.

Primeiro, nós fizemos o acordo, tanto com os Líderes quanto com o governo, de aprovarmos as emendas. Segundo, nós estamos falando aqui em pessoas eleitas, democraticamente, para representar profissionais devidamente inscritos nos conselhos. As pessoas estão confundindo o que é conselho, o que é sindicato, o que é organização social, o que são cooperativas. Estão confundindo. Os conselhos são responsáveis pela fiscalização profissional, coisa que não é atribuição do Estado ou da polícia ou dos Deputados, mas sim dos conselhos.

O que nós estamos fazendo aqui é dando oportunidade de os conselhos se fortalecerem, tendo um representante – pelo menos um, só um, ao contrário do que o Deputado disse de que daqui a pouco haverá duzentos, não haverá, porque a lei, a emenda, já limita a um representante – de conselho para atuar defendendo principalmente a sociedade contra aqueles que usurpam função, aqueles que estão travestidos de profissionais sem terem o devido registro. O que nós estamos fazendo aqui, na verdade, é fortalecendo, ao passo que o Governo Federal vem tentando

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	131

enfraquecer a classe trabalhadora, enfraquecer a classe profissional. Mas nós a estamos fortalecendo. Isso aqui é uma resposta dos Parlamentares para a sociedade em geral, para o Governo Federal, de que nós precisamos fortalecer as nossas profissões. Aqui não é médico ou enfermeiro, não, eu estou falando de todas as profissões. Inclusive, o nosso colega Deputado, que também tem uma profissão regulamentada, Fábio Felix, também é a favor desse projeto, assim como tantos aqui.

Não vamos confundir as cabeças das pessoas. Não houve, Deputado Robério Negreiros, nenhuma tentativa de burlar ou fazer de forma atabalhoada, foi devidamente e amplamente discutido esse projeto. Se V.Exa. não tem conhecimento é porque não está participando. A maioria dos Deputados estão participando da discussão, sabem muito bem o que está acontecendo aqui e da importância desse projeto para a sociedade.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra Deputado Delmasso, para discutir.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em relação aos conselhos de classe, eu inclusive sou formado em administração e gestão pública, eu tenho o meu registro no Conselho Regional de Administração. Eles são autarquias federais que nasceram com o objetivo, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. sabe disso, justamente da fiscalização para a aplicação das profissões. Perdão, não da aplicação, mas para que as profissões pudessem ser exercidas conforme as leis que as criaram. Muitas vezes,

SECRETARIA LEGISLATIVA

PC Nº 21 / 19

Folha nº 54w

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	132

S/Pedro

REVISÃO: TATIANA AMORIM (T21)

Muitas vezes, o servidor não pode participar de chapas da eleição dos conselhos. A eleição de alguns conselhos é de dois em dois anos; a de outros, de quatro em quatro anos. A partir do momento em que ele vai participar de uma chapa, e vai exercer um mandato, ele não poderá exercer sua atividade laboral no serviço público. Não há ainda o entendimento referente aos tribunais superiores de que aquele servidor, quando é eleito para participar da diretoria executiva de um conselho de classe, assim como acontece com os sindicatos, quando os servidores são liberados para atividade do mandato classista... Os servidores podem votar, mas não podem ser votados. Ou seja, na minha avaliação, fere-se o princípio da democracia, a partir do momento em que eu posso ser votado e votar. Já nos conselhos de classe, eles não podem ser votados, porque não podem participar da chapa, tendo em vista que há essa vedação legal.

Falo isso porque, no Conselho Regional de Administração, recentemente houve uma eleição para composição da diretoria, e um servidor aqui da Casa não pôde participar da chapa justamente por causa disso. Ele até poderia compor a chapa, mas não poderia tomar posse, tendo em vista que não haveria disposição legal para liberá-lo a fim de exercer o mandato de diretor financeiro daquela instituição.

Isso é para explicar que o conselho de classe não é um sindicato. Ele serve para fiscalizar as atribuições que foram determinadas por lei federal quando se criou aquela profissão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
03 12 2019	15h10min	Ordinária	133

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Robério Negreiros, V.Exa. já discutiu, o Deputado Jorge Vianna também.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero falar, por último, que o Governo Federal já estuda a ideia de transformar os conselhos em direito privado. É importante a gente saber que já está quase pronto esse projeto do Governo Federal para ser enviado ao Congresso Nacional. Daqui a pouco, a gente vota isso aqui e está liberando o servidor público em entidade com fins privados.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.
(Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados. Houve votos contrários do Deputado Robério Negreiros, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

SECRETARIA LEGISLATIVA

PLC Nº 21 / 19

Folha nº 56w